

FEDERAL

Cargo no Senado dá "status" mas não impressiona eleitor

Teresa Cardoso

Brasília - Há exatamente dois anos, quando o Senado assistia à mesma disputa que se realiza hoje pela presidência da casa, o candidato Humberto Lucena (PMDB-PB) comentou com alguns amigos que precisava do cargo para alçar voo nas eleições para o governo de seu estado. "Ora, Lucena, se esse cargo levasse alguém ao governo, o Moacyr Dalla não estaria tão pessimista em relação à própria reeleição", desdenhou José Fragelli, o candidato, afinal, vitorioso.

Realmente, presidente do Senado no biênio 1983/1984, Moacyr Dalla sequer se animou a disputar qualquer cargo este ano no Espírito Santo, e o mesmo aconteceu com Fragelli, que não quis mais arriscar-se numa eleição em Mato Grosso do Sul. Exercer a presidência ou qualquer cargo da mesa do Senado não garante a ninguém sucesso nas eleições estaduais, e prova disso é que não tiveram êxito em 15 de novembro: Guilherme Palmeira, Passos Porto, Eneás Faria e Marcondes Gadelha, todos detentores de cargos importantes no Senado.

"Mas ninguém resiste ao status que dá ser integrante da mesa", diz com ironia o senador Passos Porto (PMDB-SE), assistindo à atual disputa: Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Humberto Lucena concorrem à presidência, enquanto Jutahy Magalhães (PMDB-BA) disputa sozinho a primeira secretaria. Alexandre Costa (PFL-MA), Alfredo Campos (PMDB-MG), José Inácio (PMDB-ES) e Albano Franco (PMDB-SE) disputam a primeira vice-presidência.

Tendo integrado a mesa dirigida por José Fragelli em decorrência de um acordo que deu um cargo ao PDS, na época em que ele era desse partido, o primeiro vice-presidente Passos Porto diz que só o status altera a vida de um senador nesse posto, pois além de um gabinete novo e mais dois funcionários, não se recebe mais nada. De fato, além do presidente e do primeiro secretário, que funciona como uma espécie de primeiro-ministro, os cargos da mesa do Senado se diferenciam dos seus equivalentes na Câmara exatamente pela falta de mordomias.

É verdade que ao presidente é dado tudo que ele acha que tem direito. Para começar, ele sai do apartamento funcional de quatro quartos que ocupa no centro da cidade para ir morar numa mansão de seis quartos, no centro da Península dos Ministros, com seus jardins voltados para o Lago Paranoá, um cais e a vizinhança do ministro da Justiça. Passa a ter também mais dois seguranças (como senador só tem

um) e sua alimentação e empregados ficam sendo pagos pelos cofres do Senado. Assumindo a presidência da casa, o senador passa a ter também mais um Landau à sua disposição, mais um motorista, e uma camioneta para as compras de supermercado. Para dar ordens nessa mansão, ele passa a dispor também de um mordomo, que controla o quadro de criados.

Mas são as funções sociais que mais ambições provocam em quem disputa a presidência do Senado. Pelo menos três vezes por semana, o presidente do Senado é visitado por embaixadores, com convites para visitas ao exterior, e pelo menos cinco vezes por semana há a obrigação social de ir a um almoço ou jantar numa embaixada. De vez em quando, o presidente do Senado assume também a presidência da Câmara, o que acontece quando ele preside as sessões do Congresso (as duas casas do Legislativo reunidas).

Mas o supra-sumo das atribuições do presidente do Senado está nas viagens ao exterior programadas pelo presidente da República. Cada vez que este se ausenta, é o presidente da Câmara dos Deputados quem deve assumir o cargo, mas no impedimento deste, vai para o Palácio do Planalto o presidente do Senado que, assim, entra orgulhosamente, com fotografia e tudo, para a galeria dos homens que já exerceram este cargo no Brasil. Fora isso, o que um presidente do Senado realmente exerce, se quiser, é o poder informal que lhe permite nomear para a casa até 1 mil 500 pessoas sem concurso, como fez Moacyr Dalla há dois anos.

E foram poucos os senadores que, no exercício desse cargo, abriram mão da regalia, como fez Fragelli, que não deixa um só parente empregado na casa. O falecido senador Dinarte Mariz, que foi primeiro secretário na presidência de João Cleofas e Auro de Moura Andrade, nomeou 15 parentes e amigos. Jarbas Passarinho, que presidiu a casa entre 1981 e 1982, deixou ali nomeados quatro filhos: Eleonora, Angélica, Carlos e Jarbinhas. Petrônio Portella, presidente entre 1975 e 1976, empregou dez amigos, todos do Piauí, mas nenhum parente.

Enquanto o presidente do Senado tudo pode no exercício de sua função, como condutor de uma das casas do Legislativo, o primeiro secretário tudo pode em matéria de influência. Ele preside os conselhos diretores da gráfica e do Prodasen, com poderes para remanejamento dos cargos de chefia, decidindo também tudo que se relaciona com as atividades do serviço médico. É o secretário-geral quem decide sobre a compra de equipamentos, realização de obras e transferência do patrimônio do Senado.